**Processo Administrativo n.º 01/2021**

**JUSTIFICATIVA**

**Ementa:** Dispensa de chamamento público – Repasse ao Terceiro Setor – Termo de Colaboração – Justificativa do Administrador Público.

**Fundamento legal:** artigos 30 e 32, da Lei Federal nº. 13019/14; artigo 9, inc. IV, do Decreto Municipal nº. 6872/17; artigos 203 e 204, da Constituição Federal; Projeto de Lei nº 073/2021 enviado à Câmara de Vereadores em 30/08/2021 para votação e aguarda aprovação da Lei Ordinária nº 4.020, de 07 de Julho de 2021 – Lei Orçamentária do Município para o exercício de 2022 – LOA.

**Organização da Sociedade Civil Proponente**: **CASA DA CRIANÇA DE LEME – CECÍLIA DE SOUZA QUEIROZ.**

**CNPJ:** 51.382.471/0001-42

**Endereço:** Rua Jorge Hilsfdorf, 47, Jd. Bela Vista – Leme/SP

**Objeto da parceria:** atividades relativas ao atendimento de crianças, de zero a cinco anos de idade, de ambos os sexos, que demonstrarem insuficiência de recursos, observados os princípios e objetivos da legislação vigente, em especial da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do Plano Nacional de Educação e do Plano de Trabalho.

 **Valor total do repasse -** R$ 619.482,60 (seiscentos e dezenove mil reais, quatrocentos e oitenta e dois reais e sessenta centavos).

**Período de vigência:** Fevereiro de 2022 a Dezembro de 2022.

**Tipo da parceria:** Colaboração

**Justificativa por dispensa:** Conforme consta do Parecer Técnico e documentação juntada aos autos do Processo Administrativo, a Organização da Sociedade Civil – Casa da Criança de Leme – Cecília de Souza Queiroz, proponente vem executando, há anos, atividades em sistema de cooperação com a Secretaria Municipal de Educação de maneira satisfatória, através de repasses de recursos públicos, em total atendimento aos requisitos estabelecidos na legislação norteadora do Plano de Municipal de Educação, elaborado pela Lei Municipal nº 3.225, de 28 de fevereiro de 2012, em especial à Lei Federal nº 9.394/1996, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 3106, de 05 de agosto de 2010, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883, de 08/06/94, e a lei 13.019 de 31 de julho de 2014 e de acordo com o Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Considerando a Lei Ordinária nº 3.854, de 21 de novembro de 2019, “Altera o artigo 1º da lei nº 3.106, de 05 de agosto de 2010, que Autoriza o Executivo Municipal a celebrar termo de convênio com a Casa da Criança “Cecília de Souza Queiroz” objetivando o desenvolvimento de atividades relativas ao atendimento das crianças, na área da educação” que expressa no artigo 1º “[...] atendimento de crianças de **zero a cinco anos de idade**...” Ademais, conforme demonstrado pelos referidos documentos, a proponente oferta serviços singulares, de grande relevância e de interesse público, posto que atue ao lado do Poder Público para assegurar educação básica no Município, capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do projeto proposto e o cumprimento das metas estabelecidas, mormente ao atendimento e o direito da criança à Educação, com o objetivo de atender crianças de zero a cinco anos de idade, com recursos alocados na Unidade Gestora do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, transferido pelo governo Estadual o que propiciará o atendimento dos objetivos especificados no Plano de Trabalho. Outrossim, insta ressaltar que a Organização da Sociedade Civil – *Casa da Criança de Leme – Cecília de Souza Queiroz*, é a única que desenvolve os serviços do objeto da parceria no Município de Leme, à vista disso, foi realizado o Quarto Termo de Credenciamento – Edital Nº 02/2017 de 16 de novembro de 2021,Publicado na Imprensa Oficial do Município nº 3091 em 19/11/2021, a fim de desenvolver atividades voltadas ou vinculadas à Educação em Projetos vinculados a Complementação Educacional no Ensino Infantil. Destarte, considerado dispensado o chamamento público e autorizo a dispensa em comento, com fulcro no artigo 30, inciso VI, da Lei n.º 13.019/14, mediante a respectiva celebração do Termo de Colaboração, restando plenamente justificada em razão da singularidade do objeto da parceria, do cumprimento das metas da Política Educacional.

Leme, 01 de dezembro de 2021.

**GUILHERME SCHWENGER NETO**

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**